

NACIONAIS/NATURAIS, DUAS FACES DA MESMA MOEDA?

Camus, no seu livro "O Estrangeiro", dizia:

"Um homem pode ser estrangeiro na sua própria terra. Pode ser estrangeiro na sua própria casa. Ou dentro de si. Basta-lhe, para isso, que, um dia, ao acordar, não compreenda o sentido das coisas".

Apetece concluir que ser estrangeiro é um direito que assiste a toda gente, independentemente do estatuto jurídico.

É curioso constatar como em Portugal, ao longo dos anos, principalmente depois da independência das ex-colónias, o conceito de "estrangeiro" tem sido dimensionado conforme as conveniências culturais, sociais ou políticas. Por outro lado a descolonização das mentalidades não acompanhou, o ritmo dos acontecimentos, levando muitas pessoas a vestirem, ainda hoje, com dificuldade a sua roupagem de estrangeiro.

De uma maneira geral, o direito à nacionalidade desempenha um papel importante na fixação do volume da população estrangeira. Com efeito, se este processo é semelhante em toda a parte - somando as entradas no território (a imigração) e a natalidade - a sua dimensão evoluirá de forma diversa segundo a maior ou menor facilidade e rapidez de aquisição da nacionalidade do país de acolhimento, ou seja, da saída da categoria de "estrangeiro" para a de "nacional".

A legislação depois do 25 de Abril, conforme as conveniências do poder político, flexibilizava ou não o acesso à nacionalidade portuguesa. Foi o período em que, fundamentalmente, com a chegada a Portugal de milhares e milhares de angolanos e moçambicanos fugidos da guerra, necessário se tornava a sua urgente regularização. Bastava para isso, entre outros, um simples certificado de residência passado pelas Juntas de Freguesia.

Era, então, a lógica da aritmética eleitoral que prevalecia ...

Mas, no caso concreto dos caboverdianos, como funciona a dicotomia nacional *versus* natural de Cabo Verde? Tomando como critério básico a existência de traços culturais especificamente caboverdianos, em que a referência a Cabo Verde é um elemento fundamental, e não obstante haver grupos heterogéneos, pode-se considerar a existência de uma Comunidade de Imigrantes.

O estudo de caracterização do I.E.D. (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento), iniciado em 1985, destacava com base no estatuto jurídico, essencialmente dois grandes grupos, os nacionais e os naturais de Cabo Verde, ou seja, aqueles que adquiriram a nacionalidade portuguesa.

Estabelece ainda uma relação directa entre esses dois grupos e as fronteiras de duas categorias sócio-económicas distintas.

Passamos a citar:

"Em termos gerais, e a título de resumo, pode-se portanto dizer que os nacionais de Cabo Verde imigrados, em Portugal parecem integrar-se no modelo em que o homem veio praticamente só para trabalhar, apoiando-se no trabalho da mulher em casa (e, eventualmente, fora de casa), ao passo que os naturais apresentam um modelo mais normalizado, em que o homem e mulher trabalham ambos fora de casa, mas estão na sociedade portuguesa também de outros modos, implicando maior integração e permanência - estudam, obtêm cursos médios e superiores, reformam-se e ficam na sociedade portuguesa. Os nacionais, esses passam por ela de forma marginalizada e transitória, tendo em vista provavelmente o regresso a Cabo Verde (mesmo que nunca o concretizem).

Há uma situação quase exclusiva de assalariamento a qual, tem significados diferentes nos dois grupos. No dos nacionais está associado a uma forte proletarização, com marginalização aos níveis económico e social, no dos naturais, mais do que assalariamento, tem a ver sobretudo com a prestação de serviços ao nível da pequena e da média burguesia."

Existe, pois, uma tendência para analisar de forma simplista uma situação tão complexa e como se de uma realidade estática. Há, sem dúvida, ocorrência de situações comuns, num e noutra grupo, mas queremos chamar a atenção para a necessidade de se descer mais a fundo na análise do problema.

Independentemente do estatuto jurídico, a maioria dos imigrantes, grande parte originária da ilha de Santiago, trabalha na construção civil e obras públicas (mais de 70%). Saltando para outra situação extrema há uma percentagem até agora pouco estudada, de quadros superiores, médios e de uma maneira geral empregados do sector terciário. Pode-se estimar um total de 15%, a grande percentagem, com a nacionalidade portuguesa. A nosso ver o que interessa é constatar até que ponto a mudança de estatuto jurídico e o tempo de permanência em Portugal, contribuíram para alterar ou não a estrutura sócio-económica das pessoas.

A nossa experiência directa não nos deixa muito optimista. Temos muitos imigrantes na construção civil, que devido à precaridade de emprego que sempre funcionou nesse sector e à inexistência de um programa de formação profissional adequado e não selectivo, irão reformar-se com uma pensão de sobrevivência social.

Quanto ao segundo grupo, pensamos que integram quadros da antiga administração colonial, os imigrantes da primeira leva de meados dos anos recente, ou quadros que trouxeram na mala de cartão um projecto de formação académica. É verdade que têm quase todos a nacionalidade portuguesa, mas há casos que ainda conservam a nacionalidade de origem devido à sua fixação mais recente, ou por opção. O que queremos demonstrar é que não houve um processo evolutivo na imigração em Portugal e grande parte dela estagnou-se. O seu projecto gastou-se pura e simplesmente.

Quanto à segunda geração a situação é crítica com altas taxas de insucesso escolar. Aqui o conceito de estrangeiro é perfeitamente inoperante, pois resulta de fenómenos de ambivalência e bipolaridade de referências culturais. No entanto, e em abono da verdade, as estatísticas demonstram que as situações de risco estão diagnosticadas, na sua maioria, em crianças de pais com a nacionalidade caboverdiana. A situação é ainda mais grave por ser uma população numerosa (mais de 50% de jovens até os 15 anos).

Outro indicador preocupante é a alta taxa de desemprego nas mulheres nacionais (cerca de 60%), provenientes de uma maneira geral, dos fluxos mais recentes de imigrantes. Quanto a nós, este fenómeno tem a ver com a degradação da economia portuguesa e porque se encontram mais confinadas ao trabalho de dona de casa, apoiando o processo de reprodução alargada da força de trabalho do marido. A contribuição destas mulheres para o rendimento familiar gera-se a partir de actividades esporádicas, nomeadamente não declaradas.

Finalmente o mesmo estudo do I.E.D., em 81, revela da seguinte maneira a taxa de analfabetismo: 33% entre os nacionais e 12% entre os naturais. Esses valores médios escondem factores que podem, em alguns casos, dramatizar ainda mais algumas situações.

Possivelmente no primeiro caso entra o número de jovens em idade escolar, donde resulta um total mais baixo. Dados oficiais que obtivemos revelam taxas de analfabetismo muito mais elevadas em Cabo Verde. Assim, por exemplo; em 75, cerca de 60%, em 80, 52%, em 85, 41,1%, em 89, 32,6%, em 91, 29%.

Queremos com isto dizer que o imigrante que saiu de Cabo Verde em 75 não tem o mesmo perfil daquele que saiu em 89, ou em 91.

As expectativas não são rigorosamente as mesmas, e isso tem de ser tomado em conta.